

Hegemonia internacional e capitalismo imperialista em face da esquerda e da concretude no Brasil do século XXI – pequena contribuição para o debate¹

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos²

1. Introdução

O objetivo central deste ensaio é responder sumaria e inicialmente à seguinte questão: como definir esquerda e direita tomando-se por base o momento conjuntural de 2017 e alguns de seus nexos com a conjuntura e o processo histórico em termos da inserção internacional do Brasil? Tal questão suscita uma reflexão muito maior que o espaço deste texto comporta. Isto posto, parte-se do entendimento – e do foco – de avaliar a esquerda como todos os movimentos, organizações e iniciativas que vislumbram o socialismo, a emancipação das classes e grupos subalternos e a superação revolucionária do modo capitalista de vida a partir da concretude histórica brasileira. Sabe-se que este entendimento não tem desdobramentos tão simples de entender e de concretizar. Não é o intuito deste texto sugerir qualquer lógica exclusivista, sectária ou fratricida no âmbito da esquerda, mas apenas suscitar uma contribuição ao debate que agregue para um aspecto da construção de um campo de esquerda que esteja à altura das enormes vicissitudes que se colocam hoje, em momento que as forças populares, das classes dominadas e à esquerda estão claramente em situação francamente desfavorável em termos da correlação de forças existente.

A hipótese embrionária a ser defendida neste texto se coaduna justamente com este mote: a distinção do que é a esquerda passa – entre outros aspectos - pela sempre difícil percepção da todo – da hegemonia estadunidense e do período do capitalismo imperialista - e da particularidade e de um projeto teórico-prático adequado a tal diagnóstico. Em outras palavras, o que Gramsci (1975) chamou de orgânico e conjuntural – que possibilite mobilizar as classes e grupos subalternos para um projeto revolucionário teórico-prático. Evocando e parafraseando Edmundo Fernandes Dias (2012), é preciso traduzir toda uma avaliação teórica para um projeto emancipatório no qual as classes e grupos subalternos – de forma concreta, em carne e osso - sejam senhores de seu discurso e de sua ação.

¹ Vários argumentos aqui desenvolvidos foram tratados com mais profundidade e substância em PASSOS & FRANCO, 2017.

² Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Unesp, campus Marília, e membro do Conselho Consultivo de marxismo21.

Em termos mais específicos, é preciso reconhecer os limites de uma conjuntura e o processo histórico inseridos em contexto periférico, dependente e hegemônico pelos Estados Unidos e suas frações de burguesia e elites financeiras associadas em todo o mundo. Neste sentido, a esquerda está hegemônica por uma perspectiva que enfatiza aspectos descontextualizados histórica, teórica e praticamente, confinados por vezes a alguns esquemas analíticos tradicionais que perdem de vista a totalidade, confinando-os a análises focadas nos Estados e de caráter superficial, perdendo de vista a organicidade de um processo histórico mais amplo. Quando se avalia, a título de exemplificação, que governos do PT recentes – mesmo com todos os seus limites – contribuíam com a luta contra-hegemônica e antiimperialista, percebem-se enormes limites no que diz respeito sobre o escopo e o alcance da atuação em termos de esquerda. Afinal de contas, um governo com seus limites e restrições tem a opção e a possibilidade de uma atuação em tais termos – antiimperialistas e contra-hegemônicos - no contexto mais amplo do capitalismo imperialista no qual está inserido? Defende-se neste texto que isto não é possível.

Por mais repetitivos e conhecidos que se possam mencionar, os famosos motes de Lenin de que “sem teoria revolucionária não há prática revolucionária” e de que a análise concreta de situações concretas corresponde à essência do marxismo são pontos dignos de lembrança para justificar o nexo orgânico entre aspectos teóricos e práticos. Conforme já ressaltado, vários pontos aqui desenvolvidos são apenas embrionários e serão aprofundados em outra oportunidade. Só é possível uma prática de esquerda adequada com um diagnóstico adequado de nossa particularidade e nosso processo histórico. Todavia, como já apontaram várias análises relevantes – dentre elas as de Caio Prado Junior (1977) e Florestan Fernandes (2006) – muitas das análises da esquerda sobre o processo histórico e a própria perspectiva da revolução se colocam em termos de realidades forâneas, estranhas à nossa particularidade e gênese histórica.

Todo e qualquer projeto revolucionário de esquerda deve ter como parâmetro uma consistente avaliação daquilo que Gramsci (1975) chamou de “análise de relação de forças”. Por outras palavras, uma profunda análise das condições históricas e objetivas e de direção e dominação como hegemonia nas suas diferentes formas.

O texto seguirá as seguintes etapas: uma rápida e introdutória advertência sobre a perspectiva do imperialismo e da hegemonia em termos conjunturais e históricos, seguida

de uma análise buscando responder à questão enunciada no início do texto com uma breve conclusão parcial.

2. Relações de força, hegemonia e imperialismo em termos de totalidade histórica

Antes de mais nada, é preciso enunciar e repetir um dado objetivo e estrutural do ponto de vista histórico em sentido mais amplo, orgânico no dizer de Gramsci: a posição e ação de um Estado ou qualquer que seja seu mandatário ou classes sociais dirigentes e dominantes em termos conjunturais não possibilita nos termos históricos atuais uma posição antiimperialista em termos voluntaristas de uma escolha ou interesse. Os nexos diretos e indiretos de qualquer Estado e demais mediações com o capital financeiro e suas sínteses, a referência do dólar norte-americano para as transações internacionais seriam alguns dos elementos a sustentar tal entendimento. Não se trata de uma questão conjuntural, seja ela de um governo mais nacionalista ou à esquerda, seja ela de um Estado belicista, expansionista ou não. Não se pode enveredar por uma linha de raciocínio contrária à totalidade na “prisão da Ciência Política” (ROSENBERG, 2016) como se a questão fosse estadocêntrica e reificada e não vinculada a classes e entes coletivos no contexto do capitalismo na sua fase imperialista. Os nexos e mediações múltiplas do capital financeiro não podem ser compreendidos à luz de um raciocínio reificado de um mundo oitocentista, como se as relações econômicas e políticas se dessem de ponta a ponta, de porto a porto, de Estado a Estado e nada mais. Portanto, existe uma totalidade histórica que situa toda e qualquer reflexão sobre a esquerda necessariamente no âmbito do capitalismo imperialista³, no qual o Brasil é uma nação dependente e periférica. Tal assertiva não é passível de ser entendida como dotada de uma homogeneidade ou padrão único. Toda e qualquer discussão histórica e conjuntural referente a maiores ou menores proximidades com o imperialismo e com a potência hegemônica por parte do Brasil em seus diferentes governos e períodos históricos traz a óbvia ressalva de que a questão se coloca de forma contraditória e desigual.

Assim, ainda que os governos petistas – em todas as suas contradições e limites – sejam normalmente catalogados como governos mais nacionalistas e à esquerda e que Dilma Rousseff tenha sido preterida claramente pelas forças imperialistas no processo de *impeachment*, não se pode negar a trajetória histórica ampla e recente não somente do

³ O desenvolvimento mais aprofundado de tal raciocínio pode ser encontrado em FRANCO, 2015.

contínuo e crescente volume de lucros dos bancos, bem como o aumento dos lucros da burguesia industrial, a despeito da desindustrialização do país nos últimos anos, em função, inclusive, de sua associação com o capital financeiro. Este último ponto é apenas um dos argumentos que corroboram o caráter do capitalismo imperialista a despeito desta ou daquela orientação política⁴. Pergunta-se: qual a relevância desta perspectiva para a discussão sobre o que é esquerda?

A relevância é enorme, dado que, a despeito da necessidade de luta institucional – e principalmente, de resistência para defender o pouquíssimo que sobrou dos anoréxicos direitos das classes trabalhadoras brasileiras –, a consecução de um projeto hegemônico alternativo e estratégico – esta última palavra significada no sentido empregado por Lenin – dos grupos e classes subalternas e de um campo de esquerda não passa, no longo prazo, por uma coalizão de governos ditos “progressistas” e sim pela supressão do capitalismo em termos de totalidade histórica. O referencial não se coloca no âmbito do Estado e da política institucional em termos tradicionais, mas sim em termos da construção de um projeto hegemônico dos grupos e classes subalternas. O cerne da questão referente a tal projeto não é e nunca foi uma onda de governos ditos progressistas, cujas limitadas ações foram, em boa medida, neutralizadas e passivizadas no contexto mais amplo de sua inserção na totalidade, aí incluído este plano internacional de caráter imperialista e hegemônico pela potência estadunidense. A elaboração de um projeto hegemônico alternativo, em consonância com as condições históricas e objetivas, passa necessariamente por um diagnóstico adequado que seja identificado com a nossa historicidade e que não repita fórmulas anacrônicas e deslocadas da nossa gênese e trajetória históricas.

O uso da expressão “projeto hegemônico” não se dá ao acaso. Ele é deliberado. A acepção gramsciana de hegemonia inserida num complexo quadro de relação de forças é muito mais complexa que um dualismo de qualquer tipo, seja ele em termos de hegemonia e contra-hegemonia ou de hegemonia ou ausência de hegemonia. Todo embate envolve diferentes concepções de mundo, diferentes projetos hegemônicos, aspirantes a tal condição ou não. A avaliação da relação de forças, conforme bem lembra Leandro Galastri (2015), envolve o bloco histórico – algo próximo à avaliação da formação econômico-social,

⁴ Desenvolvi com mais argumentos, detalhes e números estas assertivas em capítulo de livro a ser publicado eletronicamente ainda em 2017 (PASSOS & FRANCO, 2017).

portanto de avaliação da totalidade histórica – bem como o conjunto de aspectos éticos, morais, ideológicos, econômicos, culturais, políticos e militares da hegemonia no âmbito nacional. O conjunto de tais avaliações se coloca de forma importante para uma análise da hegemonia no plano internacional, para muito além da perspectiva meramente de domínio econômico e militar de uma ou algumas potências.

A fragilidade da esquerda em conseguir defender – como parte de uma ação para não aprofundar ainda mais a destruição dos direitos dos trabalhadores – um governo e um partido desprovido de apoio e mobilização das massas e sem respaldo nos aparatos de produção de hegemonia – haja vista a relativa facilidade com que se deu o ocaso do mandato de Dilma Rousseff – coloca seríssimas interrogações sobre o alcance da incompleta e anoréxica hegemonia petista e, mais ainda, sobre a hipótese do governo de Dilma e daquele de Lula desempenharem um efetivo papel antiimperialista e contra-hegemônico no plano internacional. Dada a amplitude dos aspectos que compõem a hegemonia no seu nexos orgânico entre os planos nacional e internacional em termos das relações sociais em inúmeros aspectos de determinação, contradição e sínteses, parece muito mais complexo e difícil pensar e viabilizar um projeto hegemônico alternativo em termos de fórmulas já reiteradas, conforme avaliar-se-á a seguir.

3. Esquerda e algumas das tarefas para sua (re)construção: uma breve conclusão

Um diagnóstico mais aprofundado em termos de uma complexa relação de forças pela esquerda deve contemplar, entre outros pontos, aqueles assinalados acima. Mas não se devem repetir os modelos e esquematismos que permeiam muitas das bandeiras e fórmulas levantadas por setores à esquerda⁵. Conforme reiterarei, a avaliação que serve de ponto de partida para uma prática revolucionária não pode se servir de modelos importados que nada tem a ver com a nossa gênese, trajetória e conjunturas específicas.

As condições históricas e objetivas que permearam modelos e propostas como desenvolvimentismo, keynesianismo, Estado de bem-estar social não mais existem. Todavia, elas ainda são uma referência para se pensar propostas e tarefas por setores

⁵ Cite-se, por exemplo, como é bem lembrado por FRANCO (2015), o horizonte de um Estado de bem-estar social com olhos favoráveis de um intelectual de esquerda conforme é sugerido por HARVEY (2003). Mesmo com a ressalva de que isto não pode dizer respeito diretamente ao Brasil, uma linha de argumento em favor de tal proposta e de políticas keynesianas parece ser o horizonte de muitas análises dentro deste campo.

identificados como de esquerda. De forma diversa, entendo que cabe buscar referenciais distintos sem perder de vista a necessidade de defender o pouco que sobrou das conquistas dos trabalhadores brasileiros. Em linhas gerais, este é o grande desafio: pautar-se por questões concretas singulares da concretude brasileira e traduzir esta perspectiva em referenciais políticos para as questões táticas e estratégicas da luta revolucionária.

O desafio que leva a identificar e distinguir esquerda e direita passa por buscar aglutinar, agregar forças em um momento amplamente desfavorável e realizar todo um difícil processo de tradução em sentido gramsciano para aquele campo de forças políticas identificados com a construção histórica do socialismo e do projeto das classes e grupos subalternos.

Uma primeira tradução refere a buscar de uma forma robusta e substantiva o entendimento da gênese, trajetória e respectivas mediações históricas da formação brasileira. Parafraseando Edmundo Fernandes Dias, dar sentido concreto e específico ao significado de compreender um complexo e difícil processo de relação de forças na sua acepção gramsciana. Por mais pretensioso que possa parecer, o alcance do nexos inquebrável entre teoria e prática mencionada por Lênin só teve concretude em boa medida em função do seu gigantesco esforço de avaliação da realidade e história russas, como em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (Lênin, 1982), uma obra de enorme envergadura, para citar somente um exemplo. Lênin conseguiu efetivamente desdobrar esse esforço de avaliação com sua arguta atuação militante, numa clara relação orgânica entre teoria e prática voltada para a revolução. Em boa medida, este esforço ainda é uma lacuna que demanda muito trabalho e esforço por parte das forças revolucionárias.

Uma segunda tradução requer o que Gramsci chamou de uma reforma intelectual e moral que não somente possibilite educar as massas, os simples, subalternos e despossuídos, como também tocá-los e mobilizá-los para produzir um grau de consciência que possibilite a um grau de consciência e mobilização de forma a possibilitar a sua direção, hegemonia sobre os demais grupos e classes. Tal forma hegemônica seria radical e transformadora em sua perspectiva mais ampla e completa.

Conforme assinalou Gramsci com outras palavras, traduzir os pontos desenvolvidos por Lênin para outras línguas e particularidades foi um desafio cuja consecução não foi alcançada no contexto histórico em que viveu. Apesar de muito se evocar de que

traduzir é, de alguma forma, trair, o próprio Gramsci reiterou que somente o materialismo histórico é capaz de proporcionar uma ressignificação histórica, política, cultural, social etc de caráter orgânico e profundo, diferentemente de outras concepções de mundo que oferecem tal possibilidade de forma unicamente mecânica e parcial.

Para concluir, a distinção entre esquerda e direita passa por estes pontos. Cabe à esquerda traduzir de forma não mecânica a consecução de uma transformação radical e revolucionária com o protagonismo dos grupos e classes subalternas contra o projeto hegemônico e imperialista das inúmeras frações que compõem a direita. Um processo complexo e contraditório que passa necessariamente também por uma nova hegemonia nos processos teórico-práticos da própria esquerda.

REFERÊNCIAS

DIAS, Edmundo Fernandes. *Revolução passiva e modo de vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. São Paulo: Sundermann, 2012.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, São Paulo: Globo, 2006.

FRANCO, Thiago Fernandes. *Sobre a Odisséia do Capital: comentários acerca da historiografia do Imperialismo Capitalista em nossos dias*. 2015. 584 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Econômico - História Econômica, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2015.

GALASTRI, Leandro. *Gramsci, Marxismo e Revisionismo*, Campinas: Autores Associados, 2015.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*, Torino: Einaudi, 1975.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*, São Paulo: Loyola, 2003.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, São Paulo: Abril, 1982.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos & **FRANCO**, Thiago Fernandes. **A mudança na política externa brasileira no governo Temer ou o mito da interrupção da luta contra-hegemônica e anti-imperialista brasileira**, 2017, capítulo de livro eletrônico no prelo.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**, São Paulo: Brasiliense, 1977.

ROSENBERG, Justin. International relations in the prison of Political Science. **International Relations**, v. 30, n. 2, p. 127-153, 2016.